



ATOS OFICIAIS



CÂMARA MUNICIPAL
SANTANA DE PARNAÍBA

Sede Administrativa: Rua Profº Eugênio Tezari, 309 - 3d, Profº Benol - Santana de Parnaíba - SP
CEP: 06502-025 - **Protocolo Geral** Largo da Matriz, 63 - Centro - CEP: 06501-005
www.camarasantana.deparnaiba.sp.gov.br ■■■ camarasantana.deparnaiba@sp.gov.br ■■■ 55 11 4154-8600



RESOLUÇÃO Nº 14/2025

“Autoriza a Câmara de Santana de Parnaíba a aderir a uma plataforma de bem-estar integral para os servidores efetivos e comissionados e dá outras providências.”

Autoria : Mesa Diretora

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO


Art. 1º Fica autorizada a Câmara Municipal de Santana de Parnaíba a aderir a uma plataforma de bem-estar integral destinada ao atendimento dos servidores, que ofereça uma rede completa de serviços relacionados ao bem-estar físico, nutricional, hábitos saudáveis, qualidade do sono, entre outros.

Parágrafo único. A plataforma de bem-estar integral poderá ser oferecida mediante a contratação de Prestação de Serviços, obedecidas as Leis de Licitações e Contratos.

Art. 2º Cada servidor terá o direito de incluir até três dependentes em seu plano, às suas despesas.


Art. 3º A Câmara custeará integralmente os níveis de planos que estejam estabelecidos previamente em contrato.

Parágrafo único. O pagamento da diferença do valor de eventuais planos que sejam superiores aos oferecidos pela Câmara serão de responsabilidade do servidor.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

Sede Administrativa: Rua Profº Eugênio Tezari, 309 - 3d, Profº Benol - Santana de Parnaíba - SP
CEP: 06502-025 - **Protocolo Geral** Largo da Matriz, 63 - Centro - CEP: 06501-005
www.camarasantana.deparnaiba.sp.gov.br ■■■ camarasantana.deparnaiba@sp.gov.br ■■■ 55 11 4154-8600



VI – Grupo Ocupacional: conjunto de cargos públicos com atribuições ocupacionais de complexidade semelhante, para fins de evolução funcional, definidos no ato normativo que regulamenta a Avaliação de Desempenho;

VII – Massa Salarial: soma do vencimento-base mensal dos servidores que titularizam cargos do mesmo grupo ocupacional;

VIII – Padrão: conjunto de algoritmos que designa o vencimento-base dos servidores, formado por:

a) Grupo: o conjunto de cargos públicos vinculado a uma mesma tabela de vencimento, representado por algoritmos aritméticos;

b) Nível: indicativo, representado por números romanos, de posição vertical na Carreira em que o servidor poderá estar enquadrado, segundo critérios de desempenho e capacitação;

c) Grau: indicativo, representado por letras, de cada posição horizontal na Carreira em que o servidor poderá estar enquadrado, segundo critérios de desempenho;

IX – Perfil: unidade laborativa especializada, atrelada a cargo amplo, que implica o desempenho, pelo seu titular, de conjunto de atribuições e responsabilidades específicas derivadas das atribuições genéricas do cargo amplo;

X – Progressão Horizontal: passagem do servidor de um Grau para outro imediatamente superior, mantido o Nível, na Tabela de Vencimento;

XI – Progressão Vertical: passagem do servidor de um Nível para outro imediatamente superior, mantido o Grau, na Tabela de Vencimento;

XII – Remuneração: retribuição pecuniária devida ao servidor pelo exercício de cargo ou função gratificada, composto pelo vencimento-base, acrescida das demais vantagens pessoais;

XIII – Servidor público: a pessoa legalmente investida em cargo público, provido mediante concurso público;

XIV – Sobre: montante residual decorrente da não utilização plena da massa salarial, em um dado ano funcional, ocasionada pela não evolução plena do grupo ocupacional;

XV – Vencimento-base: retribuição pecuniária devida ao servidor pelo exercício de cargo, de acordo com o Nível e Grau.

CAPÍTULO II
DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I
Da Composição dos Quadros de Cargos


Art. 3º O Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos abrange os cargos públicos que integram a estrutura organizacional da Câmara Municipal de Santana de Parnaíba.

§1º O quadro de cargos, com as respectivas denominações, quantitativos, jornadas de trabalho e grupos vencimentais constam no Anexo I.

§2º A exigência de registro profissional será, respeitado o disposto na Resolução nº 005/2022, especificada em edital de concurso, conforme as atribuições do cargo, a regulamentação profissional e a oferta de cursos regulamentados e reconhecidos pelo Ministério da Educação.


§3º Os concursos públicos para provimento de cargos abrangidos por esta Resolução são voltados a suprir as necessidades da Câmara Municipal de Santana de Parnaíba, podendo exigir conhecimentos, competências ou habilitações específicas, além dos requisitos mínimos definidos na Resolução nº 005/2022.

§4º Para os fins dos parágrafos anteriores, edital poderá destinar vagas por conhecimentos, competências, habilitações ou títulos específicos, segundo exigência definida por perfil específico de cargo amplo.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

Sede Administrativa: Rua Profº Eugênio Tezari, 309 - 3d, Profº Benol - Santana de Parnaíba - SP
CEP: 06502-025 - **Protocolo Geral** Largo da Matriz, 63 - Centro - CEP: 06501-005
www.camarasantana.deparnaiba.sp.gov.br ■■■ camarasantana.deparnaiba@sp.gov.br ■■■ 55 11 4154-8600



Seção II
Da Progressão Vertical

Art. 15. A Progressão Vertical é a passagem de um Nível para outro, imediatamente superior, mantido o Grau, mediante Avaliação de Desempenho e Qualificação.

Art. 16. A Qualificação exigida para a Progressão Vertical, conforme Anexo II, pode ser obtida mediante:

I – Graduação;

II – Titulação;

III – Capacitação.

§1º A Qualificação deve ser obrigatoriamente relacionada às atribuições do cargo, exceto nos casos de Graduação de Nível Fundamental e Nível Médio.

§2º A Graduação e a Titulação:

I – devem ser reconhecidas pelo Ministério da Educação;

II – devem ter validade indeterminada para os fins desta Resolução;

III – não podem ser utilizadas mais de uma vez o mesmo curso para fins de Evolução Funcional;

IV – não podem ter sido utilizadas como requisito de ingresso no cargo;

V – O servidor que ingressar em área com formação específica, só poderá utilizar para evolução vertical a titulação ou capacitação;

§3º A Capacitação:

I – A capacitação poderá ser aprovada pela comissão de gestão de carreiras antes do início do curso, devendo encaminhar requerimento de aprovação à comissão, contendo no mínimo: nome do curso, a programação das matérias e a carga horária;

II – deve ser utilizada em no máximo 05 (cinco) anos, contados da data do certificado de conclusão, válida até o ano de avaliação;

III – pode ser obtida mediante a somatória de cargas horárias de cursos de capacitação, respeitadas a carga horária mínima de 04 (quatro) horas, por curso, independentemente do requisito de ingresso para o cargo;

IV – não pode ser obtida por meio de cursos ou treinamentos custeados ou ofertados pela Câmara Municipal;


V – não pode ser utilizada mais de uma vez para fins de Evolução Funcional;

§4º Para concorrer à progressão vertical, o servidor deverá encaminhar à Coordenadoria de Gestão de Pessoas da Câmara o certificado de conclusão da qualificação no prazo de até 1 (um) dia útil após o recebimento da nota.

§5º Em caso de cursos que não foram validados anteriormente pela Comissão, deverá o servidor encaminhar requerimento específico para a Comissão solicitando sua validação em até 5 (cinco) dias antes do período de avaliação.


§6º O servidor que se habilitar à Progressão Vertical e não se beneficiar da mesma por inexistência de disponibilidade orçamentária e financeira poderá optar em concorrer na Progressão Horizontal.

Art. 17. A progressão vertical para os cargos com requisito de ingresso de nível superior sem exigência de formação específica, se submeterá às demais da estrutura de qualificação constante do Anexo II e poderão utilizar qualificação de nível superior diversa daquela de ingresso no cargo, para fins de habilitação vertical, observados o disposto no art. 16.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

Sede Administrativa: Rua Profº Eugênio Tezari, 309 - 3d, Profº Benol - Santana de Parnaíba - SP
CEP: 06502-025 - **Protocolo Geral** Largo da Matriz, 63 - Centro - CEP: 06501-005
www.camarasantana.deparnaiba.sp.gov.br ■■■ camarasantana.deparnaiba@sp.gov.br ■■■ 55 11 4154-8600



Art. 4º No caso de pedido de afastamento sem remuneração, aposentadoria ou perda da qualidade de servidor, a manutenção da condição de beneficiário poderá continuar, às expensas do servidor.

Art. 5º Os Vereadores e seus dependentes podem aderir à plataforma de bem-estar integrado a ser contratada, mediante desconto em folha de pagamento e sem qualquer custo para a Câmara Municipal de Santana de Parnaíba.


Art. 6º As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, ficando a Câmara Municipal de Santana de Parnaíba autorizada a abrir créditos suplementares e especiais se porventura necessários.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Plenário Antônio Branco, em 19 de Novembro de 2025


JOSÉ HUGO DA SILVA
(HUGO SILVA)
Presidente

Autenticar documento em <https://sempapel.camarasantana.deparnaiba.sp.gov.br/autenticidade> com o identificador 31003800350035003A00540025004100. Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

Sede Administrativa: Rua Profº Eugênio Tezari, 309 - 3d, Profº Benol - Santana de Parnaíba - SP
CEP: 06502-025 - **Protocolo Geral** Largo da Matriz, 63 - Centro - CEP: 06501-005
www.camarasantana.deparnaiba.sp.gov.br ■■■ camarasantana.deparnaiba@sp.gov.br ■■■ 55 11 4154-8600



§5º. A aprovação em vaga na forma dos parágrafos anteriores não gera direito do servidor de permanecer no órgão, lotação ou perfil específico.

Art. 4º. Os servidores regidos por esta Resolução estão atrelados à estrutura administrativa da Câmara Municipal de Santana de Parnaíba, sendo vedado o desempenho de funções no âmbito dos gabinetes parlamentares.

§1º. A proibição constante do *caput* não se aplica àqueles servidores efetivos que venham a ser nomeados em cargos em comissão afetos aos gabinetes parlamentares.

§2º. Os servidores efetivos que desempenharem funções nos gabinetes parlamentares estarão impossibilitados de progredir na carreira, enquanto estiverem desempenhando suas funções no âmbito de gabinete parlamentar.

Seção II
Do Ingresso e das Atribuições

Art. 5º. Os cargos previstos nesta Resolução são providos exclusivamente por concurso público de provas ou de provas e títulos e seu ingresso se dá sempre no Nível e Grau iniciais do cargo.

Parágrafo único. Edital de concurso público poderá atribuir especificações à prova de ingresso, de acordo com a natureza e as atribuições do cargo.

Art. 6º. As atribuições dos cargos são as constantes da Resolução nº 005/2022, que correspondem à descrição sumária do conjunto de tarefas e responsabilidades cometidas ao servidor público em razão do cargo em que esteja investido.

Seção III
Da Remuneração

Art. 7º. O servidor será remunerado de acordo com a Tabela de Vencimento, em conformidade com a Lei nº 4.128 de 06 de julho de 2022.

§1º. Figuram como vantagens remuneratórias devidas aos servidores, desde que atendidas as condições estabelecidas pela legislação vigente, as seguintes:

I – Décimo Terceiro salário;

II – Adicional de Férias;

III – Vantagem Pessoal Individual (VPI), nos termos da Lei nº 3.159/2011;

IV – Adicional Noturno;


V – Sexta Parte;

VI – Licença maternidade;

VII – Gratificação em decorrência de função gratificada;


VIII – Gratificação decorrente de participação em Comissões Especiais, nos termos da legislação vigente.

§2º. Fica respeitado o direito adquirido do servidor em face de vantagens remuneratórias não previstas acima, mas previamente concedidas e adquiridas pelo servidor da Câmara Municipal, em consonância com a legislação de regência correspondente.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

Sede Administrativa: Rua Profº Eugênio Tezari, 309 - 3d, Profº Benol - Santana de Parnaíba - SP
CEP: 06502-025 - **Protocolo Geral** Largo da Matriz, 63 - Centro - CEP: 06501-005
www.camarasantana.deparnaiba.sp.gov.br ■■■ camarasantana.deparnaiba@sp.gov.br ■■■ 55 11 4154-8600



§1º. A qualificação de nível superior sem exigência de formação específica, limitar-se-á uma única vez para a progressão vertical.

§ 2º. Tendo progredido verticalmente, ao servidor é facultado progredir horizontalmente no ano subsequente, a partir do qual se deverá respeitar o interstício de três anos nesse mesmo grau para obter nova progressão horizontal.

Seção III
Da Progressão Horizontal

Art. 18. A Progressão Horizontal é a passagem de um Grau para outro, imediatamente superior, dentro do mesmo Nível, mediante Avaliação de Desempenho.

Parágrafo único. Tendo progredido horizontalmente, ao servidor é facultado progredir verticalmente no ano subsequente, a partir do qual se deverá respeitar o interstício de três anos nesse mesmo nível para obter nova progressão vertical.

CAPÍTULO IV
DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 19. Fica instituído o Sistema de Avaliação de Desempenho, com a finalidade de aprimorar os métodos de gestão, valorizar o servidor, melhorar a qualidade e eficiência do serviço público e gerir o processo de Evolução Funcional.

Parágrafo único. Compete à área responsável pelo Coordenadoria de Gestão de Pessoas o gerenciamento do Sistema de Avaliação de Desempenho.

Art. 20. O Sistema de Avaliação de Desempenho é composto por:

I – Avaliação de Estágio Probatório, utilizada para fins de aquisição da estabilidade no serviço público, conforme o art. 41, § 4º da Constituição Federal;

II – Avaliação Periódica de Desempenho, utilizada anualmente para fins de Evolução Funcional.

Art. 21. São finalidades da Avaliação de Desempenho:

I – o aprimoramento dos métodos de gestão;

II – a melhoria da qualidade e eficiência do serviço público;

III – avaliar aptidão e capacidade do servidor para o exercício do cargo público;

IV – promover a valorização do servidor, através da Evolução Funcional;

V – a gestão do processo de Evolução Funcional.

Art. 22. A Avaliação Periódica de Desempenho é um processo anual e sistemático de aferição do desempenho do servidor, utilizada para fins de programação de ações de capacitação e qualificação e como critério para a Evolução Funcional, compreendendo:

I – assiduidade;

II – pontualidade e

III – avaliação funcional.


PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://sempapel.camarasantana.deparnaiba.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 31003800350035003A00540025004100

Assinado eletronicamente por **José Hugo da Silva** em 19/11/2025 11:58


Checksum: **40D814F46A9F84ED1FC20D6F98AAAE79589591C0EAE8294EDC8B167868**

Autenticar documento em <https://sempapel.camarasantana.deparnaiba.sp.gov.br/autenticidade> com o identificador 31003800350035003A00540025004100. Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

Sede Administrativa: Rua Profº Eugênio Tezari, 309 - 3d, Profº Benol - Santana de Parnaíba - SP
CEP: 06502-025 - **Protocolo Geral** Largo da Matriz, 63 - Centro - CEP: 06501-005
www.camarasantana.deparnaiba.sp.gov.br ■■■ camarasantana.deparnaiba@sp.gov.br ■■■ 55 11 4154-8600



Art. 8º. A maior remuneração, a qualquer título, atribuída aos servidores, obedecerá estritamente ao disposto no inciso XI do Art. 37 da Constituição Federal, sendo imediatamente reduzidos àquele limite quaisquer valores percebidos em desacordo com esta norma, não se admitindo, neste caso, a invocação de direito adquirido ou percepção de excesso a qualquer título.

Seção IV
Da Jornada

Art. 9º. A jornada padrão de trabalho dos servidores é de 40 (quarenta) horas semanais, salvo as exceções indicadas no Anexo I.

Parágrafo único. A jornada de trabalho é de 40 (quarenta) horas semanais para os servidores:

I – nomeados para cargo em comissão;

II – designados para função gratificada;

III – designados para comissão especial;

CAPÍTULO III
DA EVOLUÇÃO FUNCIONAL

Seção I
Disposições Gerais

Art. 10. A Evolução Funcional nos cargos ocorrerá mediante as seguintes formas:

I – Progressão Vertical;

II – Progressão Horizontal.

Art. 11. A Evolução Funcional somente se dará de acordo com a previsão orçamentária de cada ano, que deverá assegurar, anualmente, recursos suficientes para viabilizar:

I – Progressão Vertical de até 33% (trinta e três por cento) dos servidores de cada grupo ocupacional, a cada processo;


II – Progressão Horizontal de até 33% (trinta e três por cento) dos servidores de cada grupo ocupacional, a cada processo.

§1º. Os percentuais previstos nos incisos I e II poderão variar conforme disponibilidade orçamentária, respeitados os limites ali previstos e as regras de arredondamento previstas na Norma da ABNT.

§2º. A distribuição dos recursos previstos em orçamento para a Evolução Funcional dos servidores será realizada de acordo com a massa salarial de cada grupo ocupacional.


§3º. Eventuais sobras da Progressão Vertical poderão ser utilizadas na Progressão Horizontal do Grupo Ocupacional correspondente, desde que atenda o limite previsto no art. 11, inciso I e II.

§4º. Sobras apuradas após a aplicação do parágrafo anterior poderão ser utilizadas, proporcionalmente, na Evolução Funcional dos demais grupos ocupacionais.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

Sede Administrativa: Rua Profº Eugênio Tezari, 309 - 3d, Profº Benol - Santana de Parnaíba - SP
CEP: 06502-025 - **Protocolo Geral** Largo da Matriz, 63 - Centro - CEP: 06501-005
www.camarasantana.deparnaiba.sp.gov.br ■■■ camarasantana.deparnaiba@sp.gov.br ■■■ 55 11 4154-8600



§1º. A Avaliação Funcional ocorrerá anualmente, a partir da identificação e mensuração de conhecimentos, habilidades e atitudes, exigidos para o bom desempenho do cargo e cumprimento da missão institucional da Câmara e da unidade em que estiver em exercício, tendo como pontuação máxima 100 (cem) pontos.

§2º. Os servidores serão classificados, por grupo ocupacional, em lista para seleção daqueles que irão progredir, considerando a média das pontuações obtidas nas Avaliações de Desempenho no decorrer do interstício.

§3º. Em caso de empate será contemplado o servidor que, sucessivamente:

I – estiver há mais tempo sem ter obtido uma Progressão Horizontal ou Vertical;

II – tiver obtido a maior pontuação na Avaliação de Desempenho mais recente;

III – contabilizar maior tempo de efetivo exercício no cargo;

IV – tiver o menor número de ausências no interstício;

V – tiver obtido titulação;

VI – tiver obtido graduação;

VII – tiver obtido maior número de horas na capacitação;

VIII – tiver maior idade.

Art. 23. O servidor nomeado para ocupar cargo em comissão ou designado para função gratificada será avaliado de acordo com as atribuições respectivas que estiverem exercendo ou que tiver exercido por mais tempo durante o período avaliado.

CAPÍTULO V
DA AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 24 A Avaliação de Estágio Probatório será realizada mediante o preenchimento de formulário a cada 06 (seis) meses, durante o estágio probatório, para todos os servidores ingressantes na Câmara Municipal de Santana de Parnaíba.

Parágrafo único. Estágio Probatório é o período compreendido entre os três primeiros anos de efetivo exercício do servidor ingressante no serviço público em virtude de concurso público, e tem por finalidade a apuração da aptidão ou inaptidão para o desempenho do cargo para fins de aquisição de estabilidade.


Art. 25 A Avaliação de Estágio Probatório utilizará como ferramenta o formulário constante do Anexo III desta Resolução.

§1º. O formulário de Avaliação de Estágio Probatório deverá ser preenchido pela chefia imediata, e será disponibilizado pelo Coordenadoria de Gestão de Pessoas:

I – ao término de cada período de 06 (seis) meses de efetivo exercício, quando se tratar das 05 (cinco) primeiras avaliações;


II – 60 (sessenta) dias antes do término do cumprimento do período de estágio probatório, quando se tratar da última avaliação.

§2º. O formulário de avaliação devidamente preenchido deverá ser encaminhado à Coordenadoria de Gestão de Pessoas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do seu recebimento, para aferição da pontuação.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

Sede Administrativa: Rua Profº Eugênio Tezari, 309 - 3d, Profº Benol - Santana de Parnaíba - SP
CEP: 06502-025 - **Protocolo Geral** Largo da Matriz, 63 - Centro - CEP: 06501-005
www.camarasantana.deparnaiba.sp.gov.br ■■■ camarasantana.deparnaiba@sp.gov.br ■■■ 55 11 4154-8600



RESOLUÇÃO Nº 15/2025

“Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Santana de Parnaíba.”

Autoria: A MESA

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCV dos Servidores efetivos da Câmara Municipal de Santana de Parnaíba, fundamentado nos seguintes princípios:

I – racionalização da estrutura de cargos;

II – estruturação de carreira;

III – legalidade e segurança jurídica;

IV – reconhecimento e valorização do servidor público pelos serviços prestados, pelo conhecimento adquirido e pelo desempenho profissional;

V – estímulo ao desenvolvimento profissional e à qualificação funcional.

Parágrafo único. O PCV não se aplica aos ocupantes de cargo em comissão externos ao Quadro de servidores efetivos da Câmara Municipal.

Art. 2º. Para os fins desta Resolução considera-se:


I – Cargo: unidade laborativa com denominação própria e número certo, que implica o desempenho, pelo seu titular, de um conjunto de atribuições e responsabilidades, disciplinada pelo regime estatutário;

II – Cargo amplo: unidade laborativa com denominação própria e número certo, que implica o desempenho, pelo seu titular, de conjunto de atribuições e responsabilidades genéricas, mas passível de operacionalização em atribuições especializadas, definidas segundo perfil;

III – Cargo em Comissão: unidade laborativa com denominação própria e número certo, que implica o desempenho, pelo seu titular, de conjunto de atribuições e responsabilidades de direção, chefia ou assessoramento, provido por livre nomeação;


IV – Carreira: estrutura de desenvolvimento funcional e profissional, operacionalizada através de progressão vertical e horizontal nos Níveis e Graus superiores, no cargo;

V – Função gratificada: unidade laborativa com denominação própria e número certo, que implica o desempenho, pelo seu titular, de conjunto de atribuições e responsabilidades de direção, chefia ou assessoramento, provido por meio de designação de servidor titular de cargo efetivo;



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

Sede Administrativa: Rua Profº Eugênio Tezari, 309 - 3d, Profº Benol - Santana de Parnaíba - SP
CEP: 06502-025 - **Protocolo Geral** Largo da Matriz, 63 - Centro - CEP: 06501-005
www.camarasantana.deparnaiba.sp.gov.br ■■■ camarasantana.deparnaiba@sp.gov.br ■■■ 55 11 4154-8600



§5º. O servidor habilitado para a evolução funcional poderá optar por não evoluir em sua carreira funcional, devendo encaminhar por escrito a sua negativa à Coordenadoria de Gestão de Pessoas no prazo de 1 (um) dia útil após o recebimento da nota referente à sua avaliação de desempenho.

Art. 12. Os processos de Evolução Funcional ocorrerão em intervalos regulares de 12 (doze) meses, tendo seus efeitos financeiros em março de cada exercício, beneficiando os servidores habilitados.

Art. 13. O interstício mínimo exigido na Evolução Funcional:

I – será contado em anos;

II – começará a ser contado a partir do mês em que o servidor perceber os efeitos financeiros da primeira evolução funcional;

III – considerará apenas os anos em que o servidor tenha trabalhado por, no mínimo, 9 (nove) meses, ininterruptos ou não;

IV – considerará apenas os dias efetivamente trabalhados.

Parágrafo único - Não prejudica a contagem de tempo para os interstícios necessários para a Evolução Funcional a nomeação para cargo em comissão ou a designação para função gratificada, exceto nos termos do §2º do artigo 4º.

Art. 14. Está habilitado à Progressão o servidor que, cumulativamente:

I – tiver adquirido estabilidade no cargo;

II – houver exercido por mais tempo durante o período avaliado as atribuições do cargo ou função, pelo interstício de 03 (três) anos no Grau e Nível em que se encontra;

III – não tiver contra si, no período de interstício, decisão administrativa transitada em julgado com aplicação de qualquer pena disciplinar prevista no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

IV – houver obtido no mínimo 70 (setenta) pontos nas 15 (quinze) avaliações do período do interstício.

V – não possuir, durante o interstício, mais de 15 (quinze) ausências, limitadas a, no máximo, 05 (cinco) ausências por ano.

§1º. Para fins do inciso V deste artigo, são consideradas ausências:


I – atropos ou saídas antecipadas, cujo somatório totalize uma jornada diária, desde que não sejam autorizadas pela chefia responsável;

II – falta injustificada: ausência sem apresentação de requerimento ou caso o requerimento apresentado pelo servidor não tenha sido aceito pelo chefe imediato, em razão da imperinência das justificativas apresentadas.

§2º. A média a que se refere o inciso IV do *caput* deste artigo é obtida a partir da soma das pontuações obtidas na Avaliação Periódica de Desempenho, em cada Grupo Ocupacional, não podendo ser inferior a 70 (setenta) pontos.


§3º O servidor que não for habilitado após o interstício de 3 (três) anos, o novo período de habilitação iniciará no mês posterior à 3ª (terceira) avaliação do período de interstício em que foi considerado inabilitado.

§4º O servidor que for habilitado após o interstício de 3 (três) anos mas não progredir por critério de classificação, deverá manter as condições para habilitação para poder fazer jus a progressão, prevalecendo a média das últimas 3 (três) avaliações.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

Sede Administrativa: Rua Profº Eugênio Tezari, 309 - 3d, Profº Benol - Santana de Parnaíba - SP
CEP: 06502-025 - **Protocolo Geral** Largo da Matriz, 63 - Centro - CEP: 06501-005
www.camarasantana.deparnaiba.sp.gov.br ■■■ camarasantana.deparnaiba@sp.gov.br ■■■ 55 11 4154-8600



Art. 26 Após a aplicação da última Avaliação de Estágio Probatório, a Coordenadoria de Gestão de Pessoas promoverá, com base no resultado das avaliações realizadas no período, a avaliação final do servidor, declarando-o apto ou inapto ao cargo público.

§1º. Será declarado apto ao cargo público, e obterá a estabilidade funcional, o servidor em estágio probatório que obtiver pontuação final igual ou superior a 70 (setenta) pontos, calculada a partir da média das 6 (seis) avaliações especiais de desempenho realizadas durante o período probatório.

Art. 27 A condição para a aquisição da estabilidade, é aferida mediante aprovação na avaliação de estágio probatório.

CAPÍTULO VI
DA AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO

Art. 28 A Avaliação Periódica de Desempenho será realizada anualmente para todos os servidores, desde que cumpridos os requisitos do art. 14, a partir da identificação e mensuração de conhecimentos, habilidades e atitudes exigidas para o bom desempenho do cargo e cumprimento da missão institucional da Câmara e da unidade em que estiver em exercício, tendo pontuação máxima de 100 (cem) pontos.

§1º O início da contagem da avaliação periódica de desempenho para fins de evolução funcional, se dará após o servidor adquirir estabilidade no cargo, com a devida aprovação no estágio probatório, além do descrito no art. 14 desta Resolução.

§2º. O período avaliado compreenderá o período dos 12 (doze) meses anteriores.

§3º. Para fins da Avaliação Periódica de Desempenho, bem como para o cálculo de distribuição dos recursos disponíveis para a evolução funcional e a definição da média necessária para a evolução funcional, os cargos efetivos do quadro funcional da Câmara serão classificados em Grupos Ocupacionais definidos nos termos do Anexo IV desta Resolução.

Art. 29 A Avaliação Periódica de Desempenho utilizará como ferramenta formulários, classificados em Grupos Ocupacionais, constantes dos seguintes Anexos desta Resolução:

I – Anexo V: Formulário de Avaliação Periódica de Desempenho dos Servidores do Grupo Ocupacional “Operacional”;

II – Anexo VI: Formulário de Avaliação Periódica de Desempenho dos Servidores do Grupo Ocupacional “Administrativo”;

III – Anexo VII: Formulário de Avaliação Periódica de Desempenho dos Servidores do Grupo Ocupacional “Superior”;

IV – Anexo VIII: Formulário de Avaliação Periódica de Desempenho dos Servidores do Grupo Ocupacional “Gerencial e Assessoramento”;

V – Anexo IX: Formulário de Avaliação Periódica de Desempenho dos Servidores do Grupo Ocupacional “Superior com Formação Específica”.

Art. 30. Os formulários da Avaliação de Desempenho deverão ser preenchidos pela chefia imediata do servidor, conforme o seu Grupo Ocupacional.

I – serão avaliados os servidores que tiverem adquirido estabilidade no cargo;

ATOS OFICIAIS

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

Sede Administrativa: Rua Profº Eugênio Tezari, 309 - Jd. Profº Benedito - Santana de Parnaíba - SP
CEP: 06502-005 - Protocolo Geral: Largo da Memória, 63 - Centro - CEP: 06501-005
www.camarasantanadeparnaiba.sp.gov.br | e-mail: camarasantanadeparnaiba@sp.gov.br

Assinaturas: _____ Data: ____/____/____

Assessor: _____

Assessor: _____

PONTUAÇÃO

Competências gerais:	
Competências específicas:	
Desconto assiduidade:	
TOTAL:	

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO

CONSIDERANDO o COMUNIQUE-SE CPTMU Nº 007/2025, de 10/10/2025;

CONSIDERANDO terem sido apresentadas justificativas técnicas para a implantação das portarias no Loteamento Villas do Jaguarí, em especial conforme segue:

01 - quanto ao volume de veículos na faixa de rolamento da rotatória, no trecho lindeiro à portaria da Avenida Apoenã;

02 - quanto à acumulação de veículos no fluxo de saída;

03 - quanto à impossibilidade de implantação das portarias no trecho em frente aos lotes de uso misto na avenida Apoenã, devido à declividade da via.

RESOLVE:

Manifestar-se favoravelmente à solicitação de implantação das portarias nos acessos da Avenida Apoenã e da Avenida Açaí do loteamento Villas do Jaguarí, conforme projeto apresentado no processo SisGEP 240.506.031.248.300.

Veruska Ticiane Franklin de Carvalho
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Planejamento
Presidente da Comissão Permanente de Transporte e Mobilidade Urbana

www.santanadeparnaiba.sp.gov.br | **GOV** Prefeitura de Santana de Parnaíba

Endereço: Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1283 - Bairro São do Morro - Santana de Parnaíba - CEP: 06517-520
Fone: (11) 4622-7701 | Departamento de Planejamento | E-mail: semap@prefeitura.santanadeparnaiba.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 083/2025

O Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na forma do disposto no art. 98, inciso IV, da Lei Municipal nº 2.823/2007, **FAZ SABER** a todos os que o presente edital vierem ou dele tiverem conhecimento, que tramita em sua Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Planejamento, situada na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, Nº 1283 - Sítio do Morro - Santana de Parnaíba, o **Processo Administrativo - SisGEP nº 240.823.036.362.700**, instaurado em face do autuado Construtech SFV Engenharia Ltda, CNPJ: 39.800.265/0001-00, objetivando a intervenção em APP, tipificada na Lei Municipal Lei Municipal 3.778/2019, art. 3º, SIMA 05/2021 Art. 43, parágrafo único e inciso I, que ensejou a lavratura do **Auto de Infração Imposição de Penalidade de Multa nº 112/2025**.

FAZ SABER AINDA que, em virtude do autuado se encontrar em local incerto e não sabido, conforme certificado à fl. 43, foi determinado à fl. 42 a sua **CIENTIFICAÇÃO POR EDITAL**, com prazo de **10 (dez) dias**, findo o qual passará a fluir o prazo de **20 (vinte) dias** para apresentação de defesa, nos termos do art. 97-A da Lei Municipal nº 2.823/2007.

E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém alegue ignorância, é expedido o presente Edital, que será publicado no **Diário Oficial do Município**, cuja cópia será anexada aos autos do **Processo Administrativo nº - 240.823.036.362.700**.

Dado e passado na **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Planejamento**, aos **10 dias do mês de setembro do ano de 2025**.

Eu, Rafael Viana Sales - Oficial Administrativo, digitei e conferi.

Eu, Julio Cesar Barboza Nunes - Coordenador de Departamento, digitei o presente Edital e o encaminhei para publicação no **Diário Oficial do Município**.

www.santanadeparnaiba.sp.gov.br | **GOV** Prefeitura de Santana de Parnaíba

Endereço: Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1283 - Bairro São do Morro - Santana de Parnaíba - CEP: 06517-520
Fone: (11) 4622-7517 | E-mail: semap@prefeitura.santanadeparnaiba.sp.gov.br

HABITAÇÃO

PREFEITURA DE SANTANA DE PARNAÍBA

TERMO DE SELEÇÃO

CREDENCIAMENTO Nº 002/2025, NA FORMA ELETRÔNICA.
SISGEP Nº: 251.016.055.606.000

CREDENCIAMENTO DE EMPRESA(S) DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO E CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL, DESTINADAS AO PÚBLICO-ALVO DEFINIDO PARA O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, INSTITUÍDO PELA LEI FEDERAL Nº 14.620, DE 13 DE JULHO DE 2023, COM RECURSOS DO FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL (FAR).

O Município de Santana de Parnaíba/SP, concluiu o processo de seleção instituído pelo Edital de Chamamento Público - Credenciamento 002/2025, constante do SISGEP Nº 251.016.055.606.000, declara selecionada a empresa de construção civil abaixo qualificada, no respectivo empreendimento para o qual se credenciou:

HONEST INCORPORADORA E CONSTRUTORA
CNPJ: 14.271.367/0001-54
RESIDENCIAL BOA ESPERANÇA
END: RUA SATURNO, S/N, CHÁCARA DO SOLAR SETOR 2, SANTANA DE PARNAÍBA, SP.

A empresa selecionada deverá apresentar junto à Instituição Financeira, a proposta selecionada neste chamamento, contendo a documentação completa para análise e contratação da operação no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, com recursos do FAR, conforme especificado pelo Agente Financeiro - Caixa Econômica Federal.

Santana de Parnaíba, 18 de Novembro de 2025.

Diego Oliveira Dias
Secretário Municipal de Habitação

www.santanadeparnaiba.sp.gov.br | **GOV** Prefeitura de Santana de Parnaíba

CONDEMAS

CONSELHO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE MUNICIPAL SUSTENTÁVEL

RESOLUÇÃO Nº 315 de 29 de OUTUBRO de 2025.

Correlação:
- Diagnóstico situacional do loteamento Parque Sinai

Manifesta-se a respeito das conclusões do diagnóstico situacional e das ações de mitigação demandadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Planejamento a serem adotadas no loteamento Parque Sinai.

O CONSELHO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE MUNICIPAL SUSTENTÁVEL, no uso das competências que lhe são conferidas pelo artigo 2º da Lei nº 3.888, de 17 de Junho de 2020, e

Considerando a Resolução CONDEMAS nº 131 de 19 de outubro de 2022, que aprova o regulamento para uso da ferramenta digital (Aprova Digital - Sig@Parnaíba) para análise do CONDEMAS; e

Considerando a Lei Municipal nº 2.821 de 02 de setembro de 2007, do Sistema Municipal de Meio Ambiente que determina a análise do Condenas nos processos de licenciamento ambiental, desconto de mata nativa e compensações ambientais; e

Considerando a Lei Federal nº 12.527 de 08 de novembro de 2011, que regula o acesso à informação

RESOLVE

Art. 1º - Manifestar-se de forma **FAVORÁVEL** às conclusões do diagnóstico situacional e das ações de mitigação, a serem adotadas no loteamento Parque Sinai.

Art. 2º O diagnóstico situacional resultou nos itens listados a seguir:

I - Verificou-se, conforme cartas da EMPLASA, quatro nascentes que originam cursos d'água que por conseguinte geram Áreas de Preservação Permanente de nascente e de curso d'água distribuídas pelo loteamento.

II - Não foram verificadas Unidades de Conservação ou outras áreas de especial interesse ambiental, apenas a porção leste do loteamento faz divisa com a RPPN do Vaturuxu.

III - O loteamento é regular e não está em Regularização Fundiária (Reurb). No passado houve o registro de uma Reurb que fora indeferida. Deve-se salientar que o loteamento encontra-se fortemente antropizado com residências unifamiliares, iluminação e viário asfaltado e ocupações de área pública.

SisGEP

Assinado eletronicamente por **Rafael Viana Sales**, prontuário **39250**, em **10/09/2025**, às **09:34**, conforme art. 5º, § 8º, inciso II da Lei Municipal 3.997/2021 e art. 12º e 13º do Decreto Municipal 4.828/2022.

Assinado eletronicamente por **Julio César Barboza Nunes**, prontuário **32458**, em **10/09/2025**, às **14:27**, conforme art. 5º, § 8º, inciso II da Lei Municipal 3.997/2021 e art. 12º e 13º do Decreto Municipal 4.828/2022.

Assinatura:

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do QR code ou do link:
<https://intranet.santanadeparnaiba.sp.gov.br/SisGEP-PU/verificar/4810E8A2B4744F89885F4F8B1C48A74>

Processo Nº 240.823.036.362.700

SisGEP

MEIO AMBIENTE

CONDEMAS

PROPOSTA DE PAUTA

73ª Reunião Ordinária
Data: 26/11/2025
Horário: 18h00
Local: Centro Administrativo Bandeirantes
Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 1283 - Sítio do Morro
Sala Cristal - Ala C

Pauta

Informe e deliberação das justificativas de ausências;

Aprovação da Ata 72º RO;

Debate e Deliberação:

- Processos de Licenciamento Ambiental;
- Recurso de processo SisGEP 240.720.034.730.900 - Jefferson Marcial Nobrega da Cruz;
- Propostas de Legislação;
- Cartilha REBIO;
- Indicação para comissões;

Informes gerais

- Chamamento das clínicas;
- Atividades de Educação Ambiental;

Veruska Carvalho
Presidente designada

CONDEMAS

IV - O Loteamento conta com 16 logradouros públicos, sendo que encontram-se asfaltados e com sistemas de drenagem de águas pluviais implantados por ocasião de sua pavimentação todos providos de guias e sarjetas, os logradouros públicos do bairro contam com iluminação pública na sua totalidade, o bairro é atendido pelas Concessionárias de Água e Luz - SABESP e ENEL, o bairro é atendido integralmente pela Linha 880-areolar (além das Linhas 820 e 830), o bairro possui dentro de seus limites o Colégio Municipal Helena Chaves Demangue, o bairro conta com sistema público de coleta de lixo.

V - Análise da vegetação nativa do loteamento mostrou predominância de regiões com fragmento em estágio médio e médio antropizado, seguida de fragmento em estágio inicial e inicial antropizado. Tais manchas de vegetação encontram-se conceituais à fragmentos maiores, bem como, distribuem-se entre edificações e vias, tornando-se "ilhas de vegetação".

VI - A região com fragmento em estágio médio apresenta a maior porção de APP sem intervenções e grande conectividade com fragmento vizinho. Sendo essa região prioritária no que concerne à preservação ambiental e prevenção a intervenções irregulares.

VII - Conforme apurado pelo Departamento de Fiscalização as irregularidades são distribuídas em 59,4% por supressão de fragmento de vegetação, 18,8% por queimada, 6,3% por supressão de isoladas, 6,3 por descarte de efluentes, 4,7% por intervenção em APP, 1,6% por terraplanagem e 1,6% por parcelamento irregular.

VIII - Foram contabilizados vinte e dois Termos de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) firmados até a presente data, estando vinte e um em andamento e um cumprido.

Art. 3º Do diagnóstico situacional foram elencadas as ações de mitigação a serem adotadas no intuito de sanar os danos ambientais, conforme a seguir:

I - Considerando que apenas 7% do loteamento se encontra edificado, o processo de urbanização deverá se intensificar ainda mais nos próximos anos, o monitoramento contínuo e campanhas de conscientização deverão ser realizadas no bairro, com intuito único de cobrir novas ocupações irregulares e/ou supressões sem autorização, haja vista que ainda há muitos fragmentos de vegetação nativa distribuídos pelo loteamento;

II - Aproximadamente 44% das APPs existentes no loteamento possuem algum tipo de intervenção, contudo em relação ao loteamento essa ocupação representa apenas 1,09%. Então a proposição para essa questão é a desocupação das APPs públicas (aproximadamente 40 edificações), indenizando os ocupantes por meio da Lei municipal nº 4355/25, regulamentada pelo Decreto nº 5.229/25. As ocupações em lotes particulares que forem avaliadas como passíveis de regularização parcial serão objeto de solicitação de demolição parcial, referente ao percentual em APP.

PREFEITURA DE SANTANA DE PARNAÍBA

AUTO DE INFRAÇÃO IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE MULTA

PROCESSO: 240.823.036.362.700

AHPM Nº: 112/2025

DATA: 21/08/2025

IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR

Nome: Construtech SFV Engenharia Ltda, CNPJ/CPF: 39.800.265/0001-00
Logradouro: Rua Padre Guilherme Pompeu Nº 01
Complemento: Bairro Centro CEP: 06501-055 Município: Santana de Parnaíba - SP

ATIVIDADE PRINCIPAL
Descrição: Intervenção em APP

ENQUADRAMENTO
Lei Municipal 3.778/2019, art. 3º, SIMA 05/2021 Art. 43, parágrafo único e inciso I.

IRREGULARIDADES

Registro da Infração: Relatório DFTS 174/24 Data de Registro da Infração: 06/09/24

Descrição da Infração: Em visita ao local foi constatado intervenção em Área de Preservação Permanente - APP em área de 752,63 m².

Local da Infração: Rua Bandeirante Francisco Pedrosa Xavier, 168 - Votupirum - Santana de Parnaíba - SP
Inscrição cadastral:

CIÊNCIA DO INFRATOR

Data: _____ A inobservância dos prazos fixados sujeitará o infrator às sanções legais.

Nome: _____ Assinatura: _____

www.santanadeparnaiba.sp.gov.br | **GOV** Prefeitura de Santana de Parnaíba

SMMAP - Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Planejamento - Endereço: Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1283 - Bairro São do Morro - CEP: 06517-520 Fone: (11) 4622-7315 | Departamento de Meio Ambiente | E-mail: semap@prefeitura.santanadeparnaiba.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO - SMMAP

COMISSÃO PERMANENTE DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA - CPTMU

RESOLUÇÃO CPTMU Nº 003/2025, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025

"Análise sobre a implantação de controle de acesso ao Loteamento Villas do Jaguarí"

A COMISSÃO PERMANENTE DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA do Município de Santana de Parnaíba - CPTMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3.291, de 5 de agosto de 2013, e

CONSIDERANDO a competência da CPTMU para analisar processos em trâmite relacionados à Mobilidade Urbana e para avaliar as propostas de intervenção do sistema viário, da sinalização viária, provisória e definitiva, da acessibilidade e da mobilidade;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 4.071, de 15 de dezembro de 2021, que institui o Plano Municipal de Mobilidade, Circulação Viária e Transportes de Santana de Parnaíba - PlanMob e seus anexos;

CONSIDERANDO que o empreendimento foi enquadrado como Pólo Gerador de Tráfego, conforme o disposto na Lei Municipal Nº 3.237 de 18/12/2012;

CONSIDERANDO o processo SisGEP nº 240.506.031.248.300;

CONSIDERANDO a importância da metodologia de controle de acesso aos empreendimentos residenciais e/ou não residenciais, com a finalidade de promover a fluidez de tráfego no sistema viário;

CONSIDERANDO o tema ter sido tratado na reunião ordinária da CPTMU, em 10/10/2025;

www.santanadeparnaiba.sp.gov.br | **GOV** Prefeitura de Santana de Parnaíba

SMMAP - Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Planejamento - Endereço: Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1283 - Bairro São do Morro - CEP: 06517-520 Fone: (11) 4622-7701 | Departamento de Planejamento | E-mail: semap@prefeitura.santanadeparnaiba.sp.gov.br

12

CONDEMAS

III - A área de maior relevância ecológica (prioritização para preservação ou compensação) é a região de fragmento em estágio médio em que há APP sem intervenções.

IV - As intervenções em APP que não são residências deverão ser demolidas e a APP deverá ser totalmente recuperada com a proposta de elaborar lagos de convívio para os moradores de modo a desenvolver o sentimento de pertencimento e cuidado, de modo que os mesmos auxiliem a Prefeitura na fiscalização da área.

V - Os processos com compensações pendentes serão notificados novamente, persistindo a situação serão encaminhados a SMN) para abertura de processo criminal.

VI - Instalação de placas no perímetro do loteamento.

VII - Fechamento das APPS e áreas públicas para evitar novas invasões.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada. Publicada. Cumpra-se.

Santana de Parnaíba, 29 de outubro de 2025.

Veruska T. F. de Carvalho
CONSELHO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE MUNICIPAL SUSTENTÁVEL

PREFEITURA DE SANTANA DE PARNAÍBA

AUTO DE INFRAÇÃO IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE MULTA

PROCESSO: 240.823.036.362.700

AHPM Nº: 112/2025

DATA: 21/08/2025

VALOR DA MULTA - R\$ 376,30 (Trezentos e setenta e seis reais e trinta centavos)

Com base na Lei Municipal 3.778/2019:

Art. 56 - Contra os atos administrativos indicados no art. 54, os infratores poderão apresentar no prazo máximo de 20 dias corridos, contados da data de identificação do teor da infração, defesa devidamente protocolada junto ao Protocolo Geral da Prefeitura de do município de Santana de Parnaíba, para apreciação e posterior julgamento.

§ 1º Deverá o recorrente fazer constar os dados necessários à sua identificação local onde ocorreu a infração e demais informações pertinentes.

§ 2º - Deverá, ainda, apresentar, de forma sucinta, as razões e motivos justificadores do seu pedido de reforma da decisão.

Em caso de apresentação de defesa/recurso, as razões e documentos que fundamentam o pedido deverão ser enviados prioritariamente via e-mail para o endereço eletrônico constante no rodapé.

www.santanadeparnaiba.sp.gov.br | **GOV** Prefeitura de Santana de Parnaíba

SMMAP - Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Planejamento - Endereço: Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1283 - Bairro São do Morro - CEP: 06517-520 Fone: (11) 4622-7315 | Departamento de Meio Ambiente | E-mail: semap@prefeitura.santanadeparnaiba.sp.gov.br